Especial

GE vai fabricar no Brasil geradores para energia eólica **Página B8**

Pirataria de conteúdo na internet começa a afetar sites chineses **Página B2**

Amazônia Petros, Funcef são cotistas do projeto que tem apoio do BNDES

Vale lança fundo para gerir ativos florestais

Mauro Zanatta
De Belém

A Vale prepara o lançamento de um fundo de investimento em participações (FIP) para criar uma sociedade de propósito específico (SPE) responsável por gerir os ativos da companhia no ramo florestal. O fundo, ainda em fase de captação de recursos, já tem como cotistas os fundos de pensão dos funcionários da Petrobras (Petros) e da Caixa Econômica Federal (Funcef), além de aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale, Luiz Cláudio Castro, informa que o fundo já captou R$ 420 milhões. A Vale investiu R$ 280 milhões e já reservou outros recursos para garantir um novo aporte no FIP. "Entramos porque fizemos as contas e será um ótimo negócio agora e no futuro", afirmou Castro ao **Valor**.

A taxa mínima de retorno do novo fundo será de 12% ao ano. A experiência, primeira do gênero no país, deve ser replicada pela Vale, inclusive com a participação de investidores estrangeiros no negócio. Castro já esteve na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, para sondar possíveis novos parceiros.

A estratégia para o novo fundo está amarrada ao projeto Vale Florestar, iniciado em 2007. A iniciativa pretende recuperar áreas de pastagens degradadas na região sudoeste do Pará por meio do plantio de florestas industriais de eucalipto e da recomposição da mata com espécies nativas em 300 mil hectares até 2015.

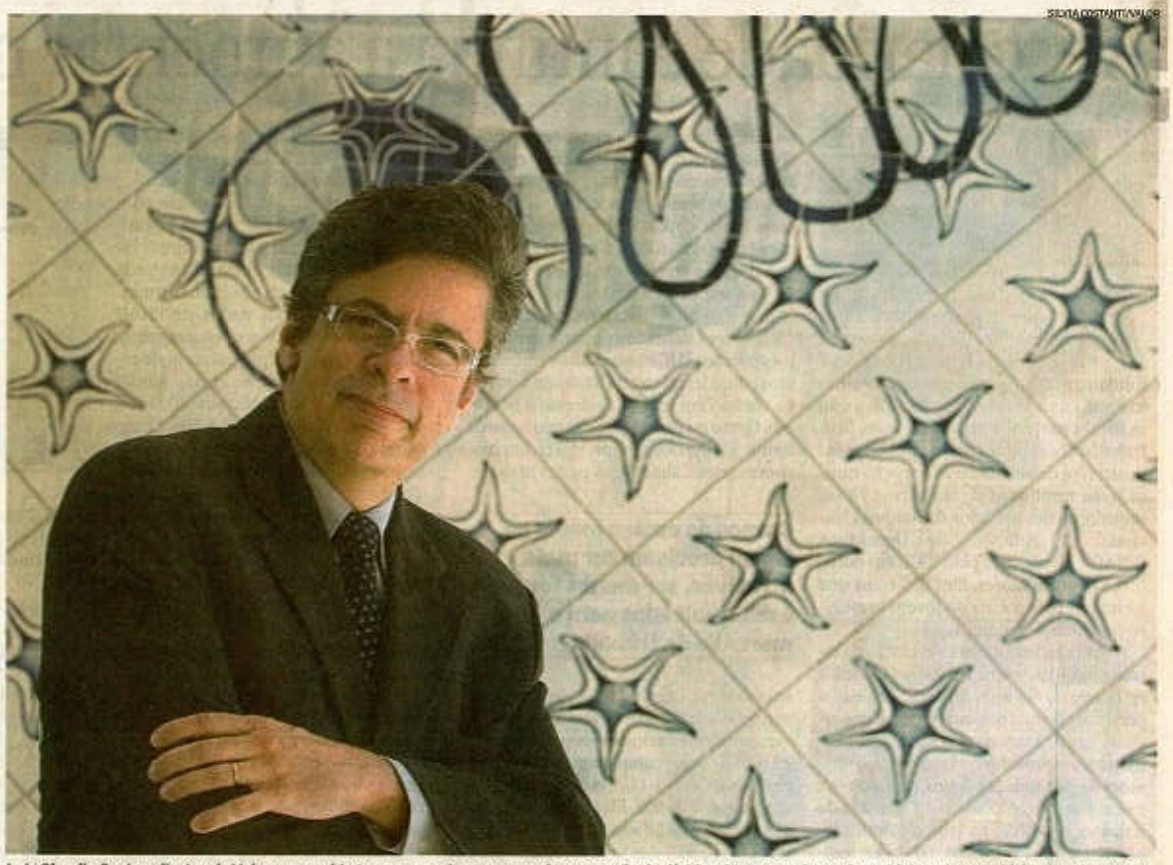
Para garantir o escoamento da produção das florestas comerciais, cujo transporte por via ferroviária ficará sob sua responsabilidade até 2043, a Vale firmou recentemente um contrato de fornecimento com a Suzano Papel e Celulose para vender a madeira dessas áreas até 2028. A Suzano deve produzir 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano em uma nova fábrica a ser construída no Maranhão. O contrato com a Suzano deve atrair ainda mais investidores ao negócio. "As duas pontas estão cobertas. É um negócio para lá de garantido", avalia o diretor da Vale. A venda dos ativos florestais de 84,7 mil hectares rendeu R$ 235 milhões à companhia.

A criação do FIP complementa a estratégia de atuação ambiental da Vale na Amazônia ao contribuir para a recuperação da cobertura vegetal na região de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon do Pará, situadas no eixo da rodovia Belém-Brasília. O projeto prevê o plantio de 56 mil hectares já arrendados de pecuaristas de 27 fazendas. "É um ótimo negócio para os pecuaristas também", diz Castro. Pelo arrendamento das terras, os produtores devem receber até US$ 480 por hectare anuais ao longo do período. Hoje, a criação de gado rende, segundo cálculos da Vale, algo como R$ 140 por hectare. Até 2012, o projeto Vale Florestar deve empregar 3,5 mil funcionários próprios e terceirizados.

O diretor Luiz Cláudio Castro, ex-executivo da Caemi e CSN, cuja trajetória inclui uma experiência de quase quatro anos vivendo no mítico Projeto Jari (PA), também anuncia um amplo programa de conversão de dívidas de compradores de matéria-prima da Vale em "bônus ambientais". A fórmula da companhia é "trocar" a devastação da floresta, empreendida sobretudo pelas "guseiras" no Pará e no Maranhão, por um compromisso de regularização ambiental. "Nós estamos dizendo a eles que façam sua regularização que nós garantimos não só a venda, mas também revemos o passivo", afirma Castro.

Para ter direito ao "perdão" das dívidas com a Vale, as empresas precisam obter a legalização total de suas atividades junto às secretarias estaduais de Meio Ambiente do Pará e do Maranhão. "Estamos fazendo uma reavaliação de todos os nossos produtos para daqui a 15 ou 20 anos com uma estratégia de desenvolvimento sustentável no centro da nossa agenda", afirma o diretor da Vale.

O jornalista viajou a convite do Fórum Amazônia Sustentável



Luiz Claudio Castro, diretor da Vale: companhia tem um amplo programa de conversão de dívidas de compradores de matéria-prima em "bônus ambientais"

De olho em 2010, Fórum pede uma "agenda de inovação"

De Belém

Ambientalistas, empresários e os chamados "povos da floresta", reunidos no Fórum Amazônia Sustentável, deram ontem a largada para as eleições 2010. O encontro anual do fórum, composto por empresas como Vale, Alcoa, Walmart, grupo Orsa e Agropalma, decidiu cobrar dos pré-candidatos que o novo presidente da República assuma o compromisso com uma "agenda mínima" de nova base tecnológica competitiva, inclua a região como fundamental no cenário de mudanças climáticas e rejeite o "orçamento de varejo" praticado hoje como política de Estado na Amazônia.

"O modelo exploratório da madeira faliu e as cadeias produtivas, fundadas em bases ilegais, estão em crise. Precisamos de uma agenda mínima de ciência, tecnologia e inovação para as próximas duas décadas", afirmou o coordenador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo. "Precisamos de uma Amazônia 2.0 para tornar a região competitiva com base em segurança jurídica, regularização fundiária e presença maciça do Estado com dinheiro e vontade política", defendeu.

As empresas e as entidades civis de seringueiros (CNS) e índios (Coiab e Foirn) aliaram-se a ONGs importantes, como Imazon, ICV, ISA, Ethos e GTA, para lançar os desafios à nova gestão. "Tivemos prejuízo por cinco anos com manejo sustentável, a crise nos pressionou muito, mas somos a prova de que é possível fazer negócios equilibrados com o meio ambiente na Amazônia. Mas o governo precisa acompanhar", afirmou o fundador do grupo Orsa, Sérgio Amoroso. Composto por três empresas, o grupo industrial de embalagens completa dez anos de atuação no mítico Projeto Jari, de onde extrai madeira para fabricar papel e celulose, além de fomentar atividades com a fibra curauá e castanha do Brasil. "Temos que apresentar modelos de sucesso e pressionar por sua adoção como política pública."

Espécie de "think thank" amazônico, o fórum de 186 membros reiterou a importância da Amazônia para o cenário de mudanças climáticas e rejeitou as alterações no Código Florestal Brasileiro, em debate no Congresso Nacional. "Não importa se eu acredito no impacto das mudanças do clima. O que interessa é que 90% das pessoas se preocupam e nós temos que dar uma resposta clara a isso", afirmou o diretor de Meio Ambiente da Vale, Luiz Cláudio Castro.

A companhia adiantou sua estratégia de reavaliar produtos e serviços. "Alguns dos nossos produtos vão ser trocados, outros darão mais segurança. Estamos diante de um cenário de mudanças climáticas e temos que saber que tipo de minério vamos produzir", disse o executivo. A Vale anunciou ter encomendado navios maiores e menos poluidores, capazes de levar até 400 mil toneladas, em um esforço para contribuir na redução das emissões de gases-estufa.

Mesmo sem atuar nos Estados da Amazônia, mas preocupada em influir nos rumos da produção por meio de sua política de compras, a gigante americana Walmart pede a ação do governo. "Começaram mudanças importantes na pecuária e alguns políticos já falam em desmatamento zero. Precisamos de um pacto pela sustentabilidade e metas e compromissos nas cadeias da madeira, da soja e da pecuária", disse o diretor da Walmart Brasil, Yuri Feres.

O coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rubens Gomes, reiterou a oposição dos "povos da floresta" às mudanças na legislação ambiental do país. "Não podemos esperar sentados o que se está tramando em Brasília. A sociedade está atenta e pode contribuir", disse. O fórum encaminhou um documento ao Palácio do Planalto contra as alterações no código, cobrando ação urgente para barrar iniciativas da bancada ruralista no Congresso, como o projeto de lei nº 6.424, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), cujo texto permite a recomposição de áreas amazônicas com espécies exóticas.

Os ativistas da região reivindicam uma elevação substancial no orçamento das ações federais na Amazônia, além de uma readequação das prioridades de investimento estatal na região, como mais recursos para financiar modelos concretos de desenvolvimento. "O governo precisa estar mais presente, não apenas asfaltando estradas e construindo usinas, mas com um plano estratégico para a Amazônia", afirmou José Eli da Veiga, professor da Universidade de São Paulo (USP). "Temos que cobrar dos candidatos, seja a Dilma, Ciro, Serra ou Aécio, um compromisso formal com a região", disse. Veiga lembrou a "mudança de atitude" do governo Lula após a saída da senadora Marina Silva (PV) do PT e sua possível candidatura ao Planalto. "Nem se ouve mais falar do asfaltamento da BR-319. Ainda bem."

Em dois dias de debates, alguns casos concretos de sucesso na gestão ambiental da Amazônia foram apresentados. A cidade de Paragominas, no sudoeste do Pará, foi mostrado pelos ativistas como um "exemplo do esforço" para promover o chamado desenvolvimento sustentável. Em sucessivas gestões, a cidade já recuperou 50 mil hectares de áreas degradadas e planeja alcançar 900 mil hectares com a recomposição da mata nativa e o plantio de florestas industriais de eucalipto. Um plano de monitoramento de desmatamento, com apoio da ONG Imazon, ajudou a reduzir em 43% a devastação da floresta no primeiro ano.

Nos últimos 12 meses encerrados em julho, Paragominas obteve uma redução de 86% nas derrubadas da mata. A cidade se prepara para a inauguração da primeira fábrica de MDF de madeira reflorestada do Norte do país. "Reunimos o apoio de 51 entidades, inclusive do Clube de Misses, e mudamos a nossa história", diz o prefeito Adnan Demachki (PSDB). *(MZ)*

Locomotivas serão movidas a biodiesel

De Belém

Em consórcio com a empresa produtora de dendê Biopalma da Amazônia, a Vale produzirá, a partir de 2014, biodiesel para mover suas locomotivas em operação no Norte do país e os equipamentos de exploração de minério de ferro nas minas de Carajás (PA). O consórcio, que investirá US$ 500 milhões no sistema produtivo, deve ser o maior produtor de óleo de palma da América. A Vale aportará US$ 305 milhões na nova parceria, na qual terá 41% do capital. A companhia planeja construir uma usina de biodiesel no Pará até 2011.

A estratégia da Vale inclui a substituição de 20% do diesel consumido por suas 216 locomotivas do Norte pelo biodiesel a base de óleo de dendê. A tecnologia de conversão dos motores foi desenvolvida pela Vale Soluções em Energia (VSE), empresa cujo capital é dividido ao meio com o BNDES. "Já temos biodiesel para rodar com 3% de mistura ao diesel, mas precisamos ampliar a produção e ter autossuficiência para atingir os 20% em 2014", diz o diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale, Luiz Cláudio Castro.

O plantio do dendê ocorrerá em 130 mil hectares de seis municípios do Centro-Norte do Pará e garantirá à Vale o oferta de todo o biodiesel necessário para suas locomotivas — 60 mil hectares serão plantados e 70 mil vão servir para recompor as áreas de reserva legal.

No Sul, a Vale negocia com a Petrobras o uso de gás nas locomotivas, tecnologia desenvolvida pela VSE. "Só dependemos da oferta e da disponibilidade desse gás para incluir o combustível na nossa matriz energética de transporte", afirma Castro. A Vale é dona de 10,2 mil km de ferrovias e, por esses trilhos, transporta grãos, combustíveis, produtos químicos, materiais de construção e todas as matérias-primas para a siderurgia.

A companhia estima uma produção anual de 500 mil toneladas de óleo de dendê, o que deve significar 160 mil toneladas de biodiesel por ano. "A conta ambiental será mais importante do que o resultado financeiro", diz o diretor da Vale. "Faremos a recomposição das reservas legais e de áreas de preservação permanente por meio dessa iniciativa. Estamos apagando um passivo dessas áreas."

A empresa planeja corte de 12 milhões de toneladas de CO_2 — o equivalente à poluição causada por 200 mil carros a cada ano. O consórcio prevê gerar 6 mil empregos diretos nas áreas de produção, situadas numa região responsável por um dos mais baixos IDHs do país. Já foram plantadas 800 mil mudas de dendê em 5 mil hectares na região dos municípios de Moju, Acará e Baião. O consórcio prepara outras 2,3 milhões de mudas para ampliar em 12,5 mil a área cultivada até o início de 2010. *(MZ)*

COMUNICADO

A TIM Celular S/A e a TIM Nordeste S/A, operadoras do SMP, comunicam o lançamento dos Planos Pós-pagos Alternativos de Serviço nº 053 /POS/SMP/TIM Celular S.A – SP/RJ/ES/PA/MA/AM/AP/RR/AC/DF/MT/TO/GO/MS/RO/RS/PR (Londrina e Tamarana), nº 069/POS/SMP/TIM Celular S.A. - PR/SC/RS (Pelotas), nº 079/POS/SMP/TIM Nordeste S.A - PE/AL/PB/CE/RN/PB e nº 091 /POS/SMP/TIM Nordeste S.A - MG/BA/SE, sob a denominação comercial Infinity 30, a partir de 4 de novembro de 2009. Os preços promocionais praticados são válidos para os clientes de todos os estados e DF. Os valores estão expressos em Reais (R$), sendo os seguintes:

Valores Máximos Homologados (R$), com tributos

Plano Infinity 30

Item	Aplicação	SP, MG, ES, AM, RR, AL, PI, DF, AC, MT, TO, SC, RS	RJ, PR, PB	BA, SE, MA, CE, RN	PE	GO, MS, PR	RO
Habilitação	Por acesso	70,07	75,25	72,09	73,15	74,22	81,85
Assinatura Mensal	Por acesso	70,07	75,25	72,09	73,15	74,22	81,85
Tráfego Mensal contratado (30 min)	Por acesso	56,06	60,20	57,67	58,52	59,39	65,48
VC-1 MF VC MM e VC-R (MM intramóvel)	Por minuto	1,33	1,43	1,36	1,38	1,41	1,54
VC-1R e VC-R (Roaming)	Por minuto	1,33	1,43	1,36	1,38	1,41	1,54
AD	Por evento	1,40	1,51	1,44	1,46	1,48	1,62

Valores praticados promocionais (R$) em todos os estados e DF, com tributos

Plano Infinity 30

Item	Aplicação	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
Habilitação	Por acesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assinatura Mensal	Por acesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tráfego Mensal contratado de 30 min	Por acesso	32,00	31,00	20,00	39,00	32,00	31,00	32,00	31,00	34,00	30,00	30,00	34,00	30,00	31,00
VC-1 MF VC MM e VC-R	Por minuto	1,03	1,01	0,92	0,92	1,03	1,01	1,03	0,99	1,09	0,95	0,97	1,09	1,10	1,00
VC-1R e VC-R (Roaming)	Por minuto	1,03	1,01	0,92	0,92	1,03	1,01	1,03	0,99	1,09	0,95	0,97	1,09	1,10	1,00
AD	Por evento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Item	Aplicação	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Habilitação	Por acesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assinatura Mensal	Por acesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tráfego Mensal contratado de 30 min	Por acesso	31,00	32,00	31,00	31,00	31,00	31,00	37,00	29,00	32,00	31,00	32,00	35,00	32,00
VC-1 MF VC MM e VC-R	Por minuto	1,00	1,03	0,98	1,07	1,07	1,01	1,19	0,98	1,03	1,01	1,03	1,10	1,03
VC-1R e VC-R (Roaming)	Por minuto	1,00	1,03	0,98	1,07	1,07	1,01	1,19	0,98	1,03	1,01	1,03	1,10	1,03
AD	Por evento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os valores promocionais são válidos até 31/01/2010, caso não haja publicação em contrário pela TIM.

I - Entendendo as siglas: VC-1 MF – Valor de comunicação local, cobrado por minuto, para chamadas originadas dentro da área de registro do usuário, cujo destino seja um telefone fixo habilitado nessa mesma área de registro. VC MM – Valor de comunicação local, cobrado por minuto, para chamadas originadas dentro da área de registro do usuário, cujo destino seja um telefone móvel habilitado nessa mesma área de registro. VC-1R MF e VC-R MM (Roaming) – Valor de comunicação local, cobrado por minuto, para chamadas locais originadas fora da área de credenciamento do usuário, cujo destino seja um telefone fixo ou móvel habilitado na área de registro de origem da chamada. AD – Adicional de deslocamento por chamada, aplicado em chamadas originadas e recebidas por usuários deslocados fora da sua área de credenciamento. VC – R (Móvel-Móvel Intramóvel) – Valor de comunicação local, cobrado por minuto, para chamadas originadas dentro da área de registro do usuário, cujo destino seja um telefone móvel TIM habilitado nessa mesma área de registro.

II - As chamadas de Longa Distância Nacional e Internacional originadas e recebidas, a cobrar ou não, pelos usuários sujeitam-se às normas e valores do Serviço Telefônico Fixo Comutado, na modalidade de longa distância nacional e internacional.

Para mais informações, acesse a página da TIM na Internet (www.tim.com.br) ou ligue *144 do seu celular TIM.

TIM

30 de outubro de 2009

Você, sem fronteiras.